
A semântica do pretérito imperfeito do indicativo com o verbo querer em português: modalidade e evidencialidade

Bruno Alves de Paula¹ - FLUL

Resumo: Este artigo pretende analisar a semântica do Pretérito Imperfeito do Indicativo, com o verbo *querer*, do ponto de vista da modalidade e da evidencialidade. Trata-se, mais concretamente, de casos em que tal forma verbal deixa de expressar o seu valor básico, temporal, para sinalizar um valor secundário, de cariz modal, sendo essas ocorrências de Imperfeito com leitura modal normalmente identificadas pela literatura linguística como um mesmo caso de “Imperfeito de Cortesia”. Buscar-se-á demonstrar que, a depender da evidência na base de uma enunciação com o verbo *querer* flexionado no Pretérito Imperfeito do Indicativo, haverá um ou outro posicionamento avaliativo do enunciador, sugerindo a existência de valores modais distintos, assinalados através da forma verbal em questão.

Palavras-chave: Imperfeito. Evidencialidade. Modalidade. Semântica.

The semantics of the imperfect past tense of the indicative with the verb querer in portuguese: modality and evidentiality

Abstract: This work aims to analyze the semantics of the Imperfect Past Tense of the Indicative with the verb *querer*, from the point of view of modality and evidentiality. These are, more specifically, cases in which this verbal form don't express its basic temporal value to signal a secondary value of a modal in nature, and these occurrences of Imperfect with modal reading are usually identified by the linguistic literature as the same case of “Imperfeito de Cortesia”. It will sick to demonstrate that, depending on the evidence on the basis of an enunciation with the verb *querer* inflected in the Imperfect Past Tense of the Indicative, there will be one or another evaluative position of the enunciator, suggesting the existence of distinct modal values, signaled through the verbal form in question.

Keywords: Imperfect. Evidentiality. Modality. Semantics.

Introdução

É sobejamente conhecida a capacidade da forma verbal do Pretérito Imperfeito do Indicativo (doravante IMPFI) de expressar um variado conjunto de valores interpretativos, que normalmente são descritos pela literatura linguística em associação a um cariz temporal ou a um cariz modal (p.ex., MATOS, 1996; FARKAS, 1998;

¹ Mestre em Linguística pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL); especialista em Docência Universitária e licenciado em Letras, ambos pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). E-mail: brunorkz@hotmail.com

FERNÁNDEZ, 2004; OLIVEIRA, 2013, entre muitos outros).

O presente trabalho propõe desenvolver uma análise descritiva da semântica do IMPFI com o verbo *querer* em contextos modais, tendo como objetivo central verificar se nestes casos há a expressão de um único valor modal ou se é possível ocorrer a sinalização de outros tipos de valores modais, já que normalmente a literatura classifica essas ocorrências de IMPFI com o verbo *querer* associados a um cariz modal apenas como um mesmo caso de “Imperfeito de Cortesia”. Inicialmente, considerem-se as seguintes frases:

- (1) a. A Maria *queria* falar com a professora (quando cheguei à escola).
- b. *Queria* cinco dentes de alho, por favor.
- c. O que *queria*, Senhor?

O exemplo apresentado em (1a) ilustra o valor básico do IMPFI, de cariz temporal, que se distingue por expressar um valor semântico de passado em relação ao tempo de enunciação (t_0) e em sobreposição ao tempo de uma outra situação², sendo esta última tomada como o Ponto de Perspetiva Temporal³ (PPT) para a frase com o IMPFI (neste exemplo, em (1a), o PPT corresponde à frase identificada entre parênteses). Sendo assim, com a enunciação de (1a), o falante informa que numa altura do passado – coincidente com o tempo de sua chegada à escola –, ocorria a situação de ‘a Maria querer falar com a professora’.

Por contraste, os exemplos (1b) e (1c) ilustram casos em que o IMPFI possui uma interpretação de cariz modal. Veja-se que, ao contrário do que ocorre na frase (1a), com a enunciação de (1b) e (1c), o falante não declara a existência dos desejos no passado. Ou seja, ao proferir (1b), por exemplo, o falante não estará a indicar que num determinado ponto do passado em relação a t_0 se verificava a situação de (o enunciador) ‘querer cinco dentes de alho’ – embora o desejo possa, naturalmente, ter tido origem no passado. No referido exemplo, em (1b), o falante manifesta um desejo do presente, ligando-se a sua enunciação a um ato ilocutório diretivo (cf. a esse respeito, p.ex., LEVINSON, 1983).

² Sendo por essa razão a situação descrita pela frase com o IMPFI perspectivada apenas em seu curso, sem qualquer indicação do término, embora o mesmo possa ser denotado pelo contexto.

³ cf. Kamp & Reyle (1993).

Por seu turno, com a enunciação da frase interrogativa (1c), o falante apenas manifesta uma dúvida acerca de um (potencial) desejo que o interlocutor possui em t_0 , não assegurando sequer que tal desejo de fato exista no mundo real. Como se verá mais adiante, do ponto de vista da Pragmática, em ambas as frases (ou seja, em (1b) e (1c)), o emprego do IMPFI associa-se a uma estratégia de atenuação, sendo por isso tipicamente documentados como um mesmo caso de Imperfeito de Cortesia⁴, o qual é com frequência integrado no inventário de “valores modais do Imperfeito”, não apenas na literatura sobre o Português, mas também na literatura dedicada a outras várias línguas românicas, como o Espanhol, o Francês e o Italiano (p.ex., CUNHA & CINTRA, 1987 e CUNHA, 2013, para o português; ARAUS, 1995; FARKAS, 1998 e FERNÁNDEZ, 2004, para outras línguas).

Como observa De Paula (2020), um primeiro grande problema para essa abordagem é que a terminologia adotada (Imperfeito de Cortesia) faz referência a uma questão de natureza puramente pragmática, que nada tem a ver com a modalidade em um sentido estrito. Além disso, como se demonstrará ao longo deste artigo, do ponto de vista modal parece fazer sentido distinguir os dois casos de IMPFI apresentados em (1b) e (1c).

Antes de avançar nesta questão, importa lançar luz sobre algumas noções relacionadas com as categorias gramaticais da modalidade e da evidencialidade, o que será feito nas subseções seguintes à seção 1., intitulada “Elementos teórico-descritivos”. Na seção 2., com o título “Para uma análise do IMPFI com o verbo *querer*: os posicionamentos avaliativos”, serão analisados alguns dados do Português Brasileiro tomados do *Corpus Brasileiro da Linguatca*⁵. Também serão considerados, para efeito de comparação, dados de outras línguas, nomeadamente o Espanhol e o Italiano.

Elementos teórico-descritivos

⁴ Algumas vezes pode também ser identificado através de terminologias análogas, como Imperfeito “de atenuação”, “de mitigação” ou “de delicadeza”. É importante ainda ressaltar que embora o presente trabalho tenha como foco as ocorrências de IMPFI com interpretação de cariz modal com o verbo *querer*, em princípio o chamado Imperfeito de Cortesia pode também se verificar – e essa possibilidade encontra-se largamente prevista na literatura – com outros tipos de verbos, especialmente os volitivos, como *gostar*, *desejar*, etc.

⁵ A Linguatca é um centro de recursos distribuído para o processamento da língua portuguesa, financiado pelo governo português desde Maio de 2000, que foi criado após o projeto preparatório intitulado “Processamento computacional do português” (1998-2000). *Link* de acesso: www.linguatca.pt

As subseções seguintes (1.1., 1.2. e 1.3.) ocupam-se de apresentar uma introdução aos sistemas da modalidade e da evidencialidade, bem como uma breve discussão acerca da relação entre eles, fornecendo alguns instrumentos teórico-descritivos necessários para a análise do IMPFI com o verbo *querer*, com interpretação de cariz modal, a ser desenvolvida em um segundo momento, na seção 2.

1.1. A modalidade e os subdomínios do sistema modal

No âmbito dos estudos linguísticos, a modalidade é normalmente encarada como a “[...] gramaticalização das atitudes e opiniões (subjektivas) do falante” (tradução minha de PALMER, 1988, p. 16). Tais posicionamentos subjektivos são marcados linguisticamente através de operadores modais – como é o caso do morfema de IMPFI –, que têm escopo sobre um estado-de-coisas (i.e., a situação descrita pela proposição) fazendo expressar os valores de *possibilidade* e de *necessidade*, que se manifestam em diferentes subdomínios do sistema modal, como o epistêmico, o deontico, o dinâmico e o desiderativo⁶. Tomem-se como exemplos as seguintes frases:

- (2) a. A Maria *devia* estar aborrecida.
- b. O Pedro *deve* fazer as tarefas de casa.
- c. A filha da Joana *podia* correr 3 quilômetros.
- d. Eu *mudava* o título do artigo. (OLIVEIRA & MENDES, 2013, p. 634)

Nas frases apresentadas em (2a-c), os operadores modais correspondem aos verbos (semi-)auxiliares modais *dever* e *poder* – que, com exceção de (2b), encontram-se flexionados no IMPFI. Já na frase (2d), o operador modal corresponde apenas ao morfema flexional do IMPFI, que neste exemplo ocorre com um verbo pleno. São esses operadores os responsáveis, portanto, por assinalarem a possibilidade ou a necessidade de que ocorram as situações descritas pelas frases em que aparecem.

Em (2a), o operador modal contempla a dimensão epistêmica da modalidade,

⁶ Importa referir que não existe um consenso a respeito dos diferentes subdomínios em que se manifesta a modalidade, pelo que as categorias de valores modais podem variar conforme um ou outro autor. Nesta subseção, apresentam-se algumas das mais tradicionais categorias de valores modais.

que se liga com o plano dos conhecimentos e crenças. Sendo assim, o verbo auxiliar modal *dever* no IMPFI indica que ‘a Maria estar aborrecida’ (o estado-de-coisas relevante) é uma situação possível tendo em conta aquilo que o falante sabe ou aquilo em que acredita.

Por contraste, a frase (2b) contempla a dimensão deôntica da modalidade, que se prende com o que é estabelecido pelas leis, regras ou normas. Nesta frase, em (2b), o verbo auxiliar modal *dever* assinala que ‘o Pedro fazer as tarefas de casas’ é uma situação necessária, tendo em vista o que as leis, regras ou normas determinam.

No exemplo (2c), o operador modal *poder* no IMPFI tem uma interpretação dinâmica. A dimensão dinâmica da modalidade se manifesta através de uma “avaliação em termos de capacidade de a entidade identificada pelo sujeito gramatical da frase realizar o que é expresso pelo enunciado” (tradução minha de NUYTS, 2001, p. 34). Com efeito, na frase (2c), o verbo auxiliar *poder* no IMPFI assinala a possibilidade de ‘a filha da Joana (o sujeito gramatical da frase) correr 3 quilômetros’. Atente-se que, neste caso, o valor de possibilidade está intimamente relacionado com as capacidades internas (ou inerentes) da entidade em questão, se bem que em alguns casos pode também se relacionar meramente com as circunstâncias externas à entidade em questão, como por exemplo na frase *para que a filha da Joana enxergue bem o show, (ela) pode levar um banquinho*.

No que respeita à modalidade desiderativa, esta corresponde a uma avaliação da possibilidade ou necessidade do cumprimento de um desejo face às circunstâncias, como na frase (2d), onde o recurso ao IMPFI permite ao falante assinalar o seu desejo de ‘mudar o título do artigo’. Neste exemplo, o valor desiderativo se dá no domínio da necessidade, no sentido em que o falante expressa a sua certeza de mudar o título do artigo, caso porém as circunstâncias fossem outras, diferentes da realidade (por exemplo, caso o falante fosse o autor do artigo), sendo por essa razão possível adicionar na frase uma oração condicional como *se eu fosse você* ou *se estivesse de acordo* sem provocar qualquer anomalia semântica ou alteração clara em seu significado.

1.2. O sistema evidencial: as fontes e os meios de acesso à informação

A categoria da evidencialidade prende-se com as fontes e os meios de acesso à informação em que se baseia o falante ao enunciar um estado-de-coisas. Apesar de o primeiro estudo produzido neste domínio remontar ao século XVI, com a publicação de um trabalho descritivo das línguas indígenas latino-americanas Quíchua e Aimará, apenas mais recentemente (a partir de meados dos anos de 1980) é que a evidencialidade passou a receber uma maior atenção por parte dos linguistas, sendo nesta mesma década apresentada a primeira proposta tipológica de evidenciais, a partir do trabalho desenvolvido por Willett (1986).

Em linhas muito gerais, no referido trabalho o autor identifica dois grandes meios de acesso à informação, nomeadamente o meio direto e o meio indireto. Para Willett, uma informação será obtida diretamente quando o falante testemunhar pessoalmente aquilo que está a enunciar. Os meios de acesso direto à informação identificados por ele são de natureza sensorial (ou seja, a visão, a audição, etc.). Por outro lado, uma informação indireta será aquela que não for obtida pessoalmente pelo falante (através das fontes sensoriais), devendo então ter como fonte uma segunda ou uma terceira pessoa, no caso de ser uma reportagem, ou ser de folclore (senso comum); além disso, poderá também ser inferida através de pistas observáveis ou simplesmente por raciocínio.

Tal proposta tipológica de Willett foi retomada e enriquecida em alguns trabalhos posteriores, entre os quais é possível destacar o de Plungian (2001). Na análise a ser desenvolvida neste trabalho, adotar-se-á a tipologia desse último autor, a qual se encontra representada na figura abaixo (tradução adaptada por DE PAULA, 2020):

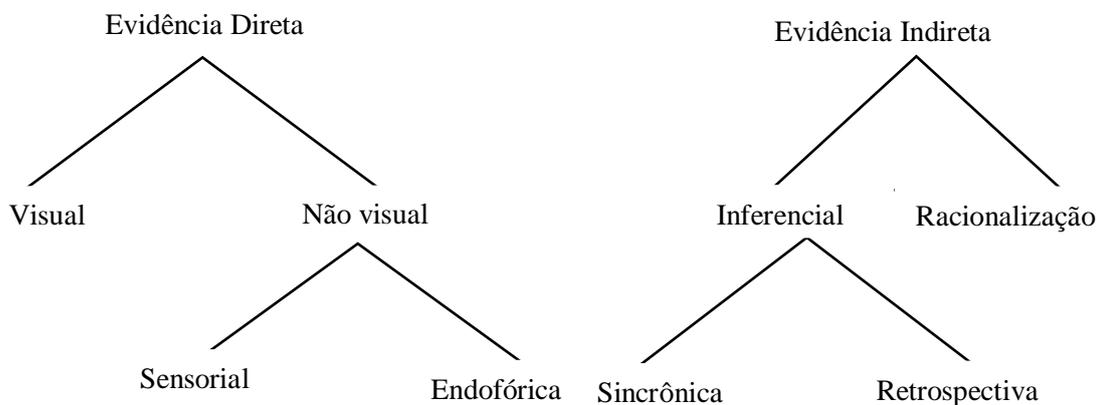


Figura 1. A taxonomia de evidenciais de Plungian (2001) acesso indireto à informação e propõe alguns pequenos ajustes, introduzindo as noções de acesso pessoal e acesso não pessoal (incluindo-se o acesso mediado) à informação.

Na proposta do autor, o acesso direto (pessoal) envolve a obtenção da informação através do meio visual ou do meio não visual, devendo a informação de meio não visual ser acessada ou mediante outras fontes sensoriais (como a audição e o tato) ou por meio de percepção endofórica, isto é, através de estados puramente internos (tais como uma intenção, um desejo, um medo, etc.). Quanto ao acesso indireto, considera que tanto pode ser de tipo pessoal (a informação é obtida por racionalização) quanto de tipo não pessoal, sendo que neste último caso – de tipo não pessoal – o falante obtém a informação por inferências a partir de pistas observáveis da situação (sincrônica) ou por resultados observáveis da situação (retrospectiva), formando uma oposição entre um conhecimento *a priori* (por reflexão) e um conhecimento *a posteriori* (por observação). Por último, Plungian propõe tratar as informações de reportagem como um tipo de inferência, argumentando que, tal como em outros casos de inferências a partir de pistas sincrônicas, nestes casos o falante dispõe apenas de uma indicação da situação, com a particularidade de a indicação vir de uma outra pessoa e não de uma pista visual, sendo por isso a informação obtida por reportagem concebida pelo autor como um caso único de conhecimento mediado.

1.3. A modalidade e a evidencialidade: onde se encontram?

A tarefa de estabelecer as fronteiras entre a modalidade e a evidencialidade bem como a de identificar como esses sistemas interagem não é fácil e ao longo das últimas décadas tem acendido um grande debate entre muitos estudiosos. Enquanto alguns autores (p.ex., PALMER, 2001) consideram a evidencialidade como parte do sistema da modalidade, mais concretamente como um subdomínio da modalidade epistêmica, outros estudiosos (p.ex., AIKHENVALD, 2004) defendem um estatuto autônomo para cada uma das respectivas categorias.

De um modo geral, no entanto, existe um consenso acerca da relação estreita entre a evidencialidade e a modalidade, especialmente com a modalidade epistêmica, no sentido em que o falante avalia a possibilidade (ou a probabilidade) do estado-de-coisas descrito pela frase que enuncia, a depender da informação em que se baseia.

Nas palavras de Plungian (2001 p. 354), “pode-se dizer que a confiabilidade da informação depende de como ela foi obtida: a informação visual é considerada mais confiável, ao passo que a informação mediada é a menos confiável” (tradução minha).

Dessa forma, se a informação de base para a enunciação tem origem em acesso direto (especialmente visual), por defeito o falante não coloca em dúvida a verdade daquilo que enuncia, já que tem como base para a enunciação uma informação testemunhada diretamente por ele, em primeira mão. Por outro lado, se o enunciado se baseia em uma reportagem, por exemplo, o falante tendencialmente se abstém da responsabilidade de tomar para si a verdade daquilo que enuncia⁷, apresentando como uma simples possibilidade, já que a informação de base para a enunciação não foi diretamente testemunhada por ele.

A ideia de diferentes degraus de avaliação da informação (da possibilidade à necessidade) é explorada em termos mais formais, entre outros, por Boye (2012), através da noção de *suporte epistêmico*. Em linhas muito gerais, o autor considera haver três tipos de suportes epistêmicos que o falante poderá atribuir à informação (a que o autor refere nos termos de *justificação epistêmica*): o suporte total (certeza), que se pode observar mais facilmente através da enunciação de frases declarativas simples, como *as crianças corriam pelo jardim durante a primavera*; o suporte parcial (probabilidade), que se manifesta em frases como *as pegadas devem ser das crianças*, onde numa leitura epistêmica o falante presume a verdade daquilo que enuncia com base, por exemplo, em uma pista visual disponível (p.ex., marcas de pequenos pés no chão); e o suporte neutro (possibilidade), através do qual o enunciador sinaliza a simples possibilidade do enunciado, como na frase *o Pedro pode estar no escritório*. Estas duas últimas interpretações (com um suporte parcial e com um suporte neutro) podem ser reforçadas acrescentando-se, respectivamente, os advérbios modais *provavelmente* e *possivelmente* (p.ex., *as pegadas provavelmente devem ser das crianças / Possivelmente o Pedro pode estar no escritório*).

2. Para uma análise do IMPFI com o verbo *querer*: os posicionamentos avaliativos

Como ficou visto anteriormente, a forma do IMPFI possui tanto uma interpretação de cariz temporal quanto diferentes interpretações de cariz modal – que, quando em

⁷ Não se trata, entretanto, de uma regra. De fato, não é difícil pensar em uma situação, por exemplo, em que “A” recebe uma notícia de “B” e em seguida “A” relata a notícia para “C” colocando-se como a fonte da informação (e, portanto, dando a certeza daquilo que enuncia).

contexto de construções com o verbo *querer* (como nos exemplos (1b) e (1c), abaixo repetidos e renumerados), são tipicamente identificados pela literatura como um mesmo caso de Imperfeito de Cortesia:

- (4) a. *Queria* cinco dentes de alho, por favor.
b. O que *queria*, Senhor?

Tal abordagem pode certamente induzir o leitor a assumir que, do ponto de vista da modalidade, tanto em (4a) quanto em (4b) há a expressão de um mesmo valor modal, já que o Imperfeito de Cortesia é comumente integrado em um conjunto de interpretações que se convencionou chamar de “valores modais do Imperfeito”. Como foi igualmente referido, um primeiro problema que se coloca é o fato de a terminologia adotada para nomear esses casos de IMPFI ser evidentemente inadequada para uma categoria de modais, uma vez que faz referência a uma questão de natureza puramente pragmática (a cortesia). À parte essa questão terminológica, entretanto, será que de fato o IMPFI com o verbo *querer* expressa um mesmo valor modal em frases como em (4a) e em (4b)?

Para responder essa questão, importa inicialmente atentar que a enunciação de ambas as frases envolve a indicação de desejos⁸, mas com uma diferença importante: enquanto em (4a) o desejo em causa é do próprio falante, em (4b) o desejo é do interlocutor. Sendo assim, é evidente que no primeiro caso, em (4a), não se trata de o falante colocar em causa a existência do desejo a que refere a frase com o IMPFI (isto é, o desejo de ‘querer cinco dentes de alho’), já que o mesmo foi diretamente experienciado por ele, através de percepção endofórica. Isso significa que, no plano epistémico, não pode haver mais do que um suporte total quanto à existência do desejo a que refere a frase com o IMPFI. Por contraste, ao enunciar (4b), o falante dispõe de – no máximo – uma pista que evidencia o desejo do interlocutor (p.ex., uma pista visual ou uma reportagem), pelo que a informação de base para a sua enunciação, ao contrário do que ocorre em (4a), só pode ter origem em percepção indireta.

Para elucidar melhor esse segundo caso, (4b), imagine-se um contexto situacional em que, após uma pessoa se posicionar à frente do balcão de atendimentos de um

⁸ A noção de desejo muito frequentemente relaciona-se com a noção de intenção (embora estes constituam conceitos distintos; cf. Malle & Knob (2001) para uma discussão a esse respeito). Em alguns casos, pode-se questionar se o verbo *querer* no IMPFI está relacionado com a indicação de um desejo ou apenas uma intenção. De qualquer forma, assim como um desejo, uma intenção resulta de um estado interno, de percepção endofórica, pelo que este trabalho não se ocupará de tentar estabelecer uma distinção nesse sentido, referindo, grosso modo, apenas a indicação de um desejo.

supermercado, o atendente enuncia a interrogativa (4b). Nesta situação, a presença do cliente à frente do balcão – uma pista visual de (4b) – legitima a dedução de que a pessoa deseja algo. É essa a informação na base da interrogativa (4b). Ao enunciá-la, mais do que solicitar ao interlocutor a informação do que potencialmente é desejado por ele, o falante assinala, através do recurso ao IMPFI, um afastamento no sentido de não assegurar totalmente a existência do desejo a que refere, já que ele apenas deduz que o mesmo exista com base numa pista visual. Desta maneira, o enunciador consegue proteger a sua *face*⁹ no caso de a pessoa que está à frente do balcão eventualmente não querer nada. Veja-se por contraste que, se fizesse uso da forma do Presente do Indicativo, o falante não colocaria em dúvida a existência do desejo de seu interlocutor (p.ex., O que *quer*, Senhor?). Desta maneira, pode-se afirmar que o emprego do IMPFI, nesse caso, associa-se à expressão da modalidade epistêmica.

Como dito antes, no exemplo (4a), o falante não coloca em causa a existência do desejo descrito pela frase com o IMPFI. Neste caso, a interpretação da frase remete para o plano das possibilidades disponíveis no contexto (ou as possibilidades disponíveis de acordo com as circunstâncias). Em termos mais simples, ocorre que, ao proferir a frase (4a), o falante assinala, através do recurso ao IMPFI, considerar apenas a possibilidade de que o seu desejo se cumpra face às circunstâncias, sendo por isso parafraseável por {*se possível/se estiver de acordo*}, *queria cinco dentes de alho, por favor*. Trata-se, portanto, da expressão da modalidade desiderativa – que neste caso claramente soma-se a um segundo valor de pedido ou sugestão. Como na frase (4b), aqui também o IMPFI cumpre a função de proteger a face do falante no caso de não ser possível que o seu desejo seja atendido. Resulta daí, em qualquer dos casos, o valor de Cortesia, mais comumente associado a essas ocorrências de IMPFI.

Observem-se na sequência alguns outros exemplos do Português¹⁰, em (5a-g), e de outras línguas, mais concretamente do Espanhol, em (5h) e (5j), e do Italiano, em (5i), estes últimos seguidamente acompanhados de suas traduções:

(5) a. Mas eu *queria*, primeiro, agradecer.

⁹ Nos estudos em Pragmática, este termo é empregue para se referir à imagem pública de uma entidade (cf., p.ex., LIMA, 2006, p. 69).

¹⁰ Os dados do Português foram tomados do *Corpus* Brasileiro da Linguatca, que integra o projeto AC/DC. Segundo as informações que constam no site da Linguatca, esse *corpus* é constituído por uma amostra de mais de um bilhão de palavras. *Link* de Acesso: <https://www.linguatca.pt/acesso/corpus.php?corpus=CBRAS>

- b. Também *queria* saber se existe algum creme que evite que outras estrias apareçam.
- c. E *queria* também dizer às mulheres brasileiras que acho que o espaço que vocês conquistaram ainda é pouco diante do que vocês merecem conquistar.
- d. Dona Nery, eu *queria* saber o que a senhora achou de ter dado esse depoimento pro Museu da Pessoa?
- e. Pois, então, o que é que você *queria*?
- f. o que é que o Eliseu Bernardo da Reportagem Local *queria*?

- g. Meu caro... você disse que... que *queria* falar comigo, não foi ?
- h. *Quería* explicarle mi problema. (ARAUS, 1995, p. 181)
[*Quería* explicar-lhe o meu problema]
- i. *Volevo* del pane, grazie. (IPOLLITO, 2004, p. 360)
[Quería um pão, obrigado.]
- j. ¿Y tu que *querias* en navidad?
[E você, o que *queria* de natal?]

Como se pode constatar com facilidade, trata-se de um conjunto de frases análogas àquelas apresentadas anteriormente, em (4). Observe-se que a análise desenvolvida a respeito da semântica do IMPFI com o verbo *querer* no exemplo (4a) – *Quería cinco dentes de alho, por favor.* –, é perfeitamente extensível aos exemplos em (5a-d). Ou seja, nessas frases, em (5a-d), o falante recorre ao IMPFI para assinalar meramente a consideração da possibilidade de que o seu desejo se cumpra face às circunstâncias (em (5a), o desejo de agradecer; em (5b), o desejo de saber se existe algum creme que evite estrias; em (5c), o desejo de dizer às mulheres brasileiras...; e, em (5d), o desejo de saber o que a senhora achou de ter dado o depoimento...). Assim como em (4a), esse posicionamento avaliativo do falante orientado para as possibilidades disponíveis de acordo com as circunstâncias pode ser salientado através de uma oração condicional como *se possível* ou *se estiver de acordo*:

- (6) a. Mas eu *queria*, {*se possível* / *se estiver de acordo*}, primeiro, agradecer.
- b. Também *queria*, {*se possível* / *se estiver de acordo*}, saber se existe algum

creme que evite que outras estrias apareçam.

- c. E queria, {*se possível/ se estiver de acordo*}, também dizer às mulheres brasileiras que acho que o espaço que vocês conquistaram ainda é pouco diante do que vocês merecem conquistar.
- d. Dona Nery, eu queria, {*se possível/ se estiver de acordo*}, saber o que a senhora achou de ter dado esse depoimento pro Museu da Pessoa?

Em conformidade com as tradicionais categorias de valores modais, trata-se de casos em que IMPFI igualmente assinala a modalidade desiderativa. Observe-se que os exemplos em (5h) e (5i) sugerem a possibilidade de expressão deste mesmo valor modal (o desiderativo) não apenas no Português mas também em outras línguas que também possuem a forma do IMPFI no seu paradigma de tempos pretéritos, como é o caso do Espanhol (5h) e do Italiano (5i).

Também as observações feitas a respeito do IMPFI com o verbo *querer* na interrogativa em (4b) – *O que queria, Senhor?* – podem ser estendidas aos exemplos (5e-g), do Português, e ao exemplo em (5j), do Espanhol. Tal como em (4b), o falante recorre ao IMPFI para indicar algum afastamento em relação à existência do desejo do interlocutor, o qual é dado a conhecer somente através de inferências ou de reportagem – razão pela qual o falante atribui um menor degrau de certeza à proposição subjacente à interrogativa, para além das questões de natureza pragmática, já referidas anteriormente. Nestes casos, o verbo *querer* no IMPFI assinala igualmente a modalidade epistêmica.

Por último importa notar que embora seja claro que a informação na base da enunciação destas interrogativas tenha origem em fonte indireta, em alguns casos, mais do que noutros, é possível antever com uma maior segurança se essa informação constitui uma inferência ou uma reportagem. Tal fato é mais facilmente observável através das interrogativas (5f) e (5g), nas quais o falante solicita ao interlocutor uma informação que já teve pleno conhecimento no passado, mas que foi – ao menos parcialmente – esquecida no presente da enunciação. Sendo assim, a informação na base da enunciação das interrogativas (5f) e (5g), mais seguramente do que, por exemplo, em (4b) ou em (5e), corresponde a uma reportagem. Não obstante, em qualquer dos casos o verbo *querer* no IMPFI codifica uma mesma leitura epistêmica.

Considerações Finais

Este trabalho teve como objeto de estudo algumas ocorrências do IMPFI com o verbo *querer*, com leitura de cariz modal, as quais foram analisadas do ponto de vista da modalidade e da evidencialidade – duas categorias gramaticais de interesse da Semântica. Foi visto que diversos estudos desenvolvidos anteriormente a respeito de tais ocorrências de IMPFI são com frequência pouco rigorosas, no sentido em que, apesar de integrarem esses casos de IMPFI em contextos de construções com o verbo *querer* numa categoria de “valores modais do Imperfeito”, os mesmos são tratados apenas com referência a questões ligadas à Pragmática (mais concretamente, a questão da cortesia linguística), razão pela qual são identificados como um mesmo tipo de “Imperfeito de Cortesia”.

Viu-se a partir de dados do Português, assim como de algumas outras línguas, que na base de uma enunciação com o verbo *querer* no IMPFI é possível haver uma evidência direta (um desejo do próprio falante) ou uma evidência indireta (uma inferência ou uma reportação de um desejo de uma segunda ou de uma terceira pessoa). No primeiro caso, o falante avalia a possibilidade ou a necessidade de realização do seu desejo face às circunstâncias; no segundo caso, o falante sinaliza alguma ressalva quanto à existência do desejo a que refere a frase com o verbo *querer* no IMPFI. Esse contraste sugere, pois, a existência de valores modais distintos: de um lado um valor modal desiderativo e de outro lado um valor modal epistêmico.

Sendo assim, é possível afirmar que uma análise semântica satisfatória acerca de tais ocorrências de IMPFI com o verbo *querer*, do ponto de vista da modalidade, deve ser capaz de capturar o contraste entre os dois tipos de valores modais que podem ser expressos nesse contexto, ou seja, o valores modais desiderativo e epistêmico.

Referências

- AIKHENVALD, A. Y. *Evidentiality*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- BOYE, K. *Epistemic Meaning: A crosslinguistic and functional-cognitive study*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2012.
- CUNHA, L. F. Aspeto. in: EDUARDO, B.; PAIVA RAPOSO (org.), *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. v. 1, cap. 17, p. 585-619.

DE PAULA, B. A. *Valores Semânticos e Pragmáticos do Pretérito Imperfeito do Indicativo em português: uma revisão e proposta de classificação*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2020.

CUNHA, C; CINTRA, L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, 4. ed. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1987.

FARKAS, M. *Le funzioni dell'imperfetto "modale" Italiano in ungherese*. "Nuova Corvina" (Rivista di Italianistica) dell'Istituto Italiano di Cultura per l'Ungheria, n. 4, 1998.

IPPOLITO, M. Imperfect modality. In: GUÉRON, J.; LECARME, J. (coord.). *The syntax of time*. Cambridge, MA: MIT Press, 2004. p. 359-387.

KAMP, H.; ROHRER, C.; REYLE, U. *From discourse to logic. Introduction to model-theoretic semantics of natural language, formal logic and discourse representation theory*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1993.

LEVINSON, S. C. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

LIMA, J. P. *Pragmática Linguística*. Lisboa: Caminho, 2006.

MALLE, B. F. & KNOBE, J. The distinction between desire and intention: A folk-conceptual analysis. In: MALLE, B. F.; MOSES, L. J., & BALDWIN, D. A. (coord.), *Intentions and intentionality: Foundations of social cognition*. Cambridge: The MIT Press, 2001. p. 45–67.

NUYTS, J. *Epistemic modality, language and conceptualization: A cognitive-pragmatic perspective*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2001.

OLIVEIRA, F.; MENDES, A. Modalidade. In: RAPOSO, E. P. et al. (org.), *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. v. 1, p. 623-668.

PALMER, F. R. *Mood and Modality*; Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

PLUNGIAN, V. A. *The place of evidentiality within the universal grammatical space*. *Journal of Pragmatics*, n. 33, p. 349-357, 2001.

WILLETT, T. *A Cross-Linguistic Survey of the Grammaticalization of Evidentiality*. *Studies in Languages*, n. 12: p. 51-97, 1988.